



CERTIFICADO Nº 1465 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Zona da Mata, no uso de suas atribuições, com base no art. 42, inciso X da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, de acordo com o art. 51, seu §1º, inciso I, do Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019, e art. 8º, inciso III e seu §4º, inciso II, da Deliberação Normativa COPAM nº 217, de 6 de dezembro de 2017, concede à empresa abaixo relacionada Licença Ambiental Simplificada, modalidade LAS/RAS, em conformidade com normas ambientais vigentes e condicionantes impostas.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : QUARESMEIRA ENERGIA S/A
CNPJ/CPF : 46.016.850/0001-89
Empreendimento : QUARESMEIRA ENERGIA S/A
Endereço da Pessoa Física ou Jurídica : Fazenda Barra do Alegre número/km SN Bairro Zona Rural Cep 36893-000 Miradouro - MG
Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:
Miradouro (LAT) -20.8786, (LONG) -42.3504
Fator locacional resultante : 1
Classe predominante resultante : 2
Processo Administrativo Licenciamento : 1465/2023

Código e Descrição da(s) Atividade(s) Principal(is) :

Código	Descrição	Parâmetro	Qtde	Unidade
E-02-01-2	Central Geradora Hidrelétrica – CGH	Volume do reservatório	988	m³

Com condicionantes listadas no anexo.

Validade de 10 ano(s), com vencimento em 10/08/2033.

Certificado emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018, com base nas informações prestadas pelo empreendedor e pelo(s) responsável(is) técnico(s) pelo(s) estudo(s) apresentado(s).

Ubá, 10/08/2023.

Documento assinado eletronicamente por DORGIVAL DA SILVA, Superintendente, em 10/08/2023 15:13 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

- Esta licença não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Conforme manifestação expressa no processo de licenciamento ambiental que originou a licença (quando assim for aplicável), há plena ciência do empreendedor quanto sua obrigação legal de efetuar o registro de sua atividade no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Lei Nacional nº 6938/1981 e Instrução Normativa MMA/IBAMA nº 06/2013, sem prejuízo dos demais registros advindos do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SEMAD-Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



CERTIFICADO Nº 1465 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Autorização para intervenção ambiental

2100.01.0058732/2022-98

Outorga de Direito de Uso de Recursos

Portaria de Outorga nº 2002826/2023

Certidão de Registro de Uso Insignificante de Recurso Hídrico nº
414201/2023 (Processo:
41612/2023)





CERTIFICADO Nº 1465 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

Item 01 - Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. Prazo: Durante a vigência da licença. Item 02 - Apresentar a comprovação do término da instalação do empreendimento, por meio de relatório técnico e fotográfico, bem como da efetiva implantação das medidas e dos sistemas de controle ambiental apresentados no RAS para as fases de instalação e operação. Prazo: Anteriormente ao início da operação. Item 03 - Apresentar declaração do IEF quanto ao cumprimento integral das ações estabelecidas no Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF referente à Lei Federal 11.428/06 ou o atendimento ao cronograma quando o TCCF estiver vigente. Prazo: Conforme cronograma constante do TCCF. Item 04 - Apresentar relatório consolidado comprovando a execução das ações e programas propostos no RAS, bem como os resultados dos automonitoramentos. Prazo: Anualmente. * Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado. **IMPORTANTE:** Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-ZM, face ao desempenho apresentado; Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental. **ANEXO II - Programa de Automonitoramento Licença Ambiental Simplificada do empreendimento "Quaresmeira Energia S/A (CGH Quaresmeira)".** 1. Curso Hídrico (Qualidade das Águas): Para verificação da qualidade das águas no curso d'água em que ocorrerá a intervenção ambiental, deverá ser realizado monitoramento a montante, a jusante e no TVR do empreendimento, conforme coordenadas apresentadas no identificador SLA 135293: Ponto-P1 - A Montante do Empreendimento (20°52'11.90" S; 42°21'17.88" O)- Parâmetros: Temperatura da água, Cor, Turbidez, Sólidos em suspensão, Transparência, Sólidos dissolvidos totais, Oxigênio dissolvido (OD), Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO), pH, Condutividade elétrica, Fósforo total, Nitrito, Nitrato, N-amoniaco, Dureza, Alcalinidade, Ferro total, Cloretos, Coliformes termotolerantes e totais. Frequência: Trimestral, durante a instalação. Semestral, durante a operação. Ponto-P2 - No Trecho de Vazão Reduzida (TVR) (20° 52'33.51" S; 42° 21' 44.58"O)- Parâmetros: Temperatura da água, Cor, Turbidez, Sólidos em suspensão, Transparência, Sólidos dissolvidos totais, Oxigênio dissolvido (OD), Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO), pH, Condutividade elétrica, Fósforo total, Nitrito, Nitrato, N-amoniaco, Dureza, Alcalinidade, Ferro total, Cloretos, Coliformes termotolerantes e totais. Frequência: Trimestral, durante a instalação. Semestral, durante a operação. Ponto-P3 - Imediatamente a jusante do empreendimento (20°52'48.79" S; 42°20'56.63" O). Parâmetros: Temperatura da água, Cor, Turbidez, Sólidos em suspensão, Transparência, Sólidos dissolvidos totais, Oxigênio dissolvido (OD), Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO), pH, Condutividade elétrica, Fósforo total, Nitrito, Nitrato, N-amoniaco, Dureza, Alcalinidade, Ferro total, Cloretos, Coliformes termotolerantes e totais. Frequência: Trimestral, durante a instalação. Semestral, durante a operação. 2. Efluentes Líquidos: Ponto-P4-Entrada da fossa séptica. Parâmetros: Temperatura, óleos e graxas, Sólidos em suspensão, Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO), pH, Demanda bioquímica de oxigênio (DQO), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno, sólidos sedimentáveis. Frequência: Trimestral, durante a instalação. Semestral, durante a operação. Ponto-P5-Na saída do tratamento, antes do lançamento no ribeirão do Alegre. Parâmetros: Temperatura, óleos e graxas, Sólidos em suspensão, Demanda Bioquímica de oxigênio (DBO), pH, Demanda bioquímica de oxigênio (DQO), substâncias tensoativas que reagem com azul de metileno, sólidos sedimentáveis. Frequência: Trimestral, durante a instalação. Semestral, durante a operação. Relatórios: Enviar anualmente à Supram-ZM, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações. Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento. Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas. Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no Standard Methods for Examination of Water and Wastewater, APHA-AWWA, última edição. Serão considerados válidos somente os relatórios de ensaios ou certificados de calibração emitidos por laboratórios acreditados ou com reconhecimento de competência com base nos requisitos da norma ABNT NBR ISO/IEC 17025:2017 (Deliberação Normativa Copam nº 216/2017). De acordo com a Deliberação Normativa Copam nº 216/2017



CERTIFICADO Nº 1465 LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO

Condicionantes

Art. 4º - Na impossibilidade das amostragens para fins dos ensaios laboratoriais serem realizadas por técnicos do laboratório acreditado, ou com reconhecimento de competência, o empreendedor deverá cumprir as seguintes exigências, sem prejuízo de outras que possam ser feitas pelo laboratório: I - as amostras deverão estar numeradas e identificadas por meio de rótulos que as caracterizem plenamente quanto ao remetente, conteúdo, data e horário da coleta, ponto de coleta e especificação dos ensaios laboratoriais a serem realizados; II - cada lote de amostras deverá estar acompanhado de um relatório descritivo, apensado ao relatório de ensaio encaminhado aos órgãos ou entidades do Sisema, do qual conste: a) nome e endereço da empresa remetente; b) discriminação das amostras e croqui dos locais de coleta; c) os procedimentos de amostragem e condicionamento de acordo com as exigências metodológicas pertinentes; d) anotação ou registro de responsabilidade técnica dos conselhos correspondentes; e) data, assinatura e nome por extenso do responsável técnico pelas amostragens, bem como o número de seu registro junto ao conselho regional da categoria à qual pertença. 3.

Resíduos

sólidos e rejeitos. 3.1. Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG. Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa Copam 232/2019. Prazo: seguir os prazos dispostos na Deliberação Normativa Copam nº 232/2019.

3.2. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG. Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG. Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019. RESÍDUO: Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012; Origem; Classe; Taxa de geração (kg/mês). TRANSPORTADOR: Razão social; Endereço completo. DESTINAÇÃO FINAL: Tecnologia (*); Destinador /Empresa responsável: Razão Social; Endereço completo. QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre): Quantidade Destinada; Quantidade Gerada; Quantidade Armazenada. (*)1- Reutilização, 2 – Reciclagem, 3 - Aterro sanitário, 4 - Aterro industrial, 5 - Incineração, 6 - Co-processamento, 7 - Aplicação no solo, 8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada), 9 - Outras (especificar). Observações: O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos; O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações; As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor; As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.